

Os povos indígenas do Alto Rio Negro e a dominação econômica colonial nos anos 1970

Resumo: O texto deste ensaio tem como objetivo analisar, sob uma perspectiva antropológica, o contexto colonial dos anos 70 no Alto Rio Negro, Amazonas, focando no contato entre os povos indígenas e os missionários, com base nas relações econômicas mediadas pelo sistema de troca. A questão central investigada foi: como eram realizadas as relações econômicas e as práticas matemáticas entre indígenas e missionários? A metodologia adotada se fundamenta em uma discussão analítica e em uma abordagem interdisciplinar da antropologia e matemáticas presentes no recém-lançado livro (Castro *et al.*, 2024). Como resultado, destaca-se o registro da relação exploratória colonizadora interétnica, atravessada pelos saberes matemáticos e antropológicos.

Palavras-chave: Povos Indígenas. Dominação Econômica Colonial. Antropologia. Educação Matemática. Desconstrução.

The indigenous peoples of the upper Rio Negro and colonial economic domination in the 1970's

Abstract: The essay aims to analyze the colonial context of the 1970s in the Upper Rio Negro, in the state of Amazonas, focusing on the contact between indigenous peoples and missionaries based on economic relations carried out through the exchange system. The central question investigated was: how the economic relations and mathematical practices carried out between indigenous peoples and missionaries were carried out? The methodology adopted is based on an analytical discussion and interdisciplinary approach to anthropology and mathematics present in the recently released book (Castro *et al.*, 2024) As a result, we highlight the record of the interethnic exploratory colonizing relationship permeated by mathematical and anthropological knowledge.

Keywords: Indigenous Peoples. Colonization. Anthropology. Mathematics Education. Deconstruction.

Los pueblos indígenas del Alto Río Negro y la dominación económica colonial en los años 1970

Resumen: El ensayo tiene como objetivo analizar el contexto colonial de la década de 1970 en el Alto Río Negro, en el estado de Amazonas, en la dirección del contacto entre pueblos indígenas y misioneros, a partir de relaciones económicas realizadas a través del sistema de intercambio. La pregunta central investigada fue: ¿cómo se llevaban a cabo las relaciones económicas y las prácticas matemáticas entre indígenas y misioneros? La metodología del ensayo académico se delineó con una discusión analítica y un abordaje interdisciplinario de la antropología y las matemáticas presentes en el libro recientemente publicado (Castro *et al.*, 2024). Como resultado, destacamos el registro de la relación colonizadora exploratoria interétnica permeada por conocimientos matemáticos y antropológicos.

Palabras clave: Pueblos Indígenas. Colonización. Antropología. Educación Matemática. Deconstrucción.

Maira de Barros Santos
Secretaria de Estado de Educação do Pará
Belém, PA — Brasil
 ID 0009-0009-8115-6034
 tarde.santo57@gmail.com

Tatiana Cristina Vasconcelos Maia
Secretaria Municipal de Educação de Belém
Belém, PA — Brasil
 ID 0000-0002-6022-4263
 tat_maia@hotmail.com

Recebido • 20/11/2024
Aceito • 26/01/2025
Publicado • 28/03/2025

Dossiê — Antropologia e Educação Matemática

1 Uma viagem para o início do mundo colonial no Alto Rio Negro

O texto deste ensaio tem como foco de análise a expedição realizada por uma equipe composta por três pesquisadores que, na época da pesquisa, eram vinculados à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM): Edna Maria Ramos Castro, socióloga; Joaquina Barata Teixeira, assistente social; Valdecir Manuel Affonso Palhares, médico; e o antropólogo do Museu Emílio Goeldi, Antônio Maria de Souza Santos.

Os pesquisadores partiram de Belém do Pará, pernoitaram no município de Manaus, no estado do Amazonas, e, no dia seguinte, seguiram para São Gabriel da Cachoeira, também no Amazonas, onde permaneceram por um mês, de julho a agosto de 1976. Após 46 anos dessa expedição realizada nos anos 1970, o texto permaneceu inédito até ser publicado em abril de 2024, devido aos incentivos de professores da Universidade Federal do Pará (UFPA), especialmente da principal pesquisadora que participou da expedição e atualmente é professora dessa instituição, a Dra. Edna Castro.

No decorrer do livro, são relatadas algumas dificuldades para realizar o diálogo com os povos indígenas devido à determinação governamental de elaborar um relatório técnico resumido e sempre com a presença dos padres salesianos da prelazia do Rio Negro. As prelazias eram organizações católicas com hierarquia, tendo um bispo como tutor da entidade e várias sedes nas regiões do Alto Rio Negro. Esse conceito será retomado em outras etapas do ensaio.

Com base na realidade mencionada, nas questões posteriores do ensaio, será promovido o entrelaçamento com a Educação Matemática, de forma desconstruída, com fundamento nos estudos do professor Dr. Antônio Miguel, que apresenta as matemáticas *outras*, nem sempre reconhecidas como matemática. Assim, o livro faz menção às atividades dos povos indígenas identificadas como matemáticas extraescolares, desde o início da colonização até os dias atuais.

O objetivo do texto deste ensaio é analisar, sob uma perspectiva antropológica, o contexto colonial dos anos 1970 no Alto Rio Negro, no estado do Amazonas, focando no contato entre os povos indígenas e os missionários, com base nas relações econômicas mediadas pelo sistema de troca. A questão central investigada foi: como eram realizadas as relações econômicas e as práticas matemáticas entre indígenas e missionários?

Realizaremos uma abordagem sobre a Educação Matemática presente diretamente nas relações comerciais e econômicas no contexto da dominação colonial da mão de obra indígena no Rio Negro, considerando o contato com os regatões e o aviamento, que são os sistemas de troca ou permuta, sobre os quais serão feitos maiores apontamentos ao longo do ensaio.

A metodologia adotada fundamenta-se em uma discussão analítica e em uma abordagem interdisciplinar da antropologia e das matemáticas presentes no recém-lançado livro *Povos indígenas do Alto Rio Negro e dominação colonial: a resistência na contracorrente de missões, missionários e militares* (2024).

Discutiremos outra realidade, tida como ideal de avanço econômico de época, presente sobretudo nos olhares da colonização e da dominação europeia, relacionada à construção das estradas de ferro. Esse processo implicava a abertura de matas, a apropriação dos territórios indígenas e a deslocação desses povos para outras áreas de maior precariedade e dificuldades de sobrevivência.

A colonização, nesse contexto, visava à *aculturação*, conforme denominado no livro, e tinha o intuito de apagar as práticas socioculturais, as línguas, os saberes da tradição e a forma de ensinar sem disciplinarização dos conhecimentos. Para reforçar o debate sobre o ponto de *aculturação*, serão mobilizados os trabalhos do professor antropólogo aposentado do Museu Emílio Goeldi, Antônio Maria de Souza Santos, cuja experiência em expedição e publicações a respeito da temática abordada contribuirá para o debate.

Traçamos uma escrita rizomática deste ensaio com o olhar matemático fora dos ambientes escolares no período de colonização na região do Alto Rio Negro. Toda a relação presente no sistema de troca possibilitou uma reflexão sobre uma matemática nas relações econômicas da época. A análise da obra *Povos indígenas do Alto Rio Negro e dominação colonial: a resistência na contracorrente de missões, missionários e militares* (2024) se insere na configuração do ensaio teórico, sendo um gênero textual para debater uma ideia central, detalhada no decorrer do texto com relevância científica e teórica, possibilitando ao autor expressar suas opiniões. No transcorrer desse processo, fizemos uma seleção dos conceitos propostos conforme as orientações para o trabalho de conclusão da disciplina Antropologia da Matemática.

O ensaio realizou uma análise entrelaçada entre a antropologia e as matemáticas desconstruídas, a partir das estratégias de registros, compreensão de conceitos matemáticos e econômicos da época, e das imagens do livro que elucidam o contexto das comunidades indígenas no Alto Rio Negro. Para fortalecer o processo de análise, foi realizada uma entrevista com um dos pesquisadores da expedição do Alto Rio Negro, presente no livro, com relatos presentes ao longo do trabalho.

A produção do nosso ensaio é uma experimentação vivenciada por pesquisadores há 46 anos e atualmente compartilhada de forma estrutural e crítica sobre cada momento da expedição. Dessa forma, o ensaio permite organizar as ideias, destacando as matemáticas presentes, sendo possível devido à correlação feita com a antropologia, e essa liberdade de expressão está bem representada nos ensaios acadêmicos.

Desse modo, Jorge Larrosa defende que

o ensaísta não parte do nada, mas de algo pré-existente, e parte sobretudo de suas paixões, de seu amor e seu ódio pelo que lê. Porém, amar e odiar não é o mesmo que estar de acordo ou em desacordo, não é o mesmo que a verificação ou a refutação, nada tem a ver com a verdade e o erro. O ensaísta quando lê, ri ou se enfada, se emociona ou pensa em outra coisa que a leitura lhe evoca (Larrosa, 2003, p. 110).

A história do povo indígena em questão revela uma memória de muitos atos de negação, um povo que teve suas memórias, seus fazeres e seus costumes limitados pelas imposições, principalmente europeias, que descaracterizam a força indígena. Tudo isso nos leva a refletir sobre a importância do reconhecimento da resistência desse povo, a fim de olhar para alguns avanços na história, como a liberdade de ir e vir na sociedade brasileira, as leis sancionadas como garantias de direito e permanência em suas áreas demarcadas, representando um marco permanente de reconhecimento territorial. Isso tudo é essencial para alcançar novos olhares, que são regados a muita luta e persistência.

No entanto, o Brasil contemporâneo configura muitos enfrentamentos para os povos indígenas permanecerem nas zonas rurais sem serem atingidos por latifundiários, fazendeiros, usinas e indústrias. Sabemos que a grande poluição das águas contaminadas com mercúrio, além da mudança climática, causa queimaduras, doenças respiratórias e outros males, provocando a migração para a zona urbana e, assim, a perda de suas tradições.

A relevância acadêmica e social do ensaio reside no paralelo com a realidade atual, que nos permite destacar a importância de reconhecer os povos indígenas como seres que sempre foram penalizados pelos desejos da colonização e que, até os tempos atuais, carregam as imposições de um sistema de poder que desconsidera toda a história carregada de tradições, cultura, língua, vivências, valores e vidas, alheias aos rótulos e padrões do capitalismo

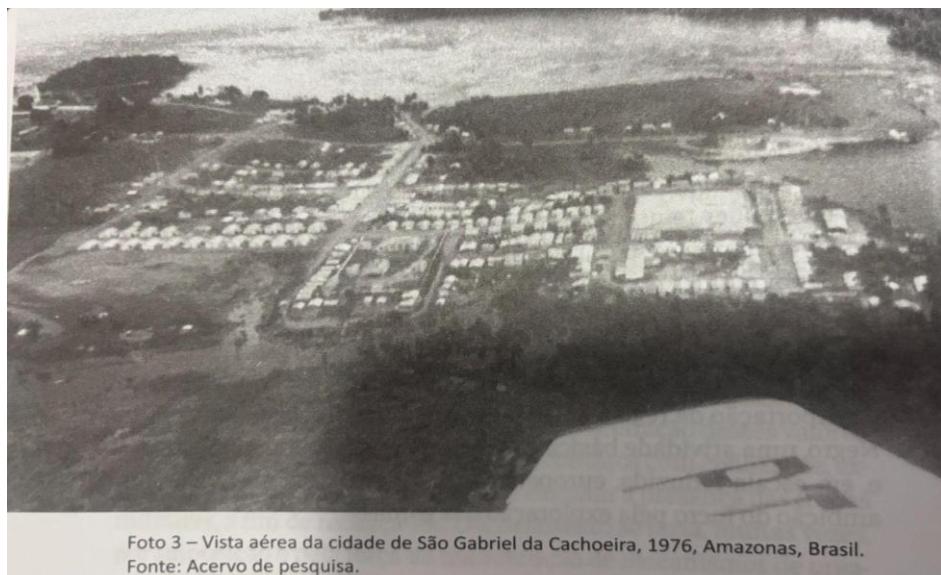
estrutural.

2 Matemáticas no mundo colonial, essa viagem promete... (risos)

Antes de pensarmos nas matemáticas presentes no Alto Rio Negro, vamos refletir sobre esse lugar nos anos 1970, no Noroeste Amazônico, próximo à fronteira com a Colômbia e Venezuela. Um lugar com diversas etnias indígenas, onde conviviam com uma linguística própria, além dos idiomas variados de um grupo para o outro, de uma aldeia para outra. Esse período marcou a tradição de uma cultura riquíssima em um território étnico banhado de diversidade. Corroborando essa ideia, Castro *et al.* (2024) argumentam que “a língua comum falada nos povoados é do próprio grupo, quer o Baniwa no Alto Içana, Nheengatu ou língua geral no Baixo Içana e rio Negro ou o Tukano no Uaupés e afluentes”.

O Rio Negro já foi palco de dominação colonial por ser ponto estratégico para dominar o Amazonas. O município de São Gabriel da Cachoeira era o local central para a hospedagem das ordens religiosas e militares, que iniciaram toda essa violência de pertencimento no século XVII, almejando catequizar e *civilizar* toda a história de um povo.

Figura 1: Imagem da cidade de São Gabriel da Cachoeira



Fonte: Acervo de Edna Castro, 1976

O trecho a seguir reforça o contexto:

As marcas das mudanças ocorridas na organização social do Alto Rio Negro no período colonial são verificadas no modo de vida dos grupos indígenas atuais que se deslocam periodicamente de suas comunidades ribeirinhas para morar na sede do município, a procura de emprego, acesso à educação de nível médio e superior, gêneros alimentícios e atendimento hospitalar, financeiro e segurança social. Isso pressupõe não só a transformação nos hábitos culturais indígenas, como também colabora para a descaracterização identitária do ser indígena (Silva *et al.*, 2014, p. 3).

Quem foram esses invasores de almas e de território? Os europeus, que primeiramente vieram em busca de terras, pois queriam o território sem pagar impostos e escravizando humanos e não humanos que encontraram por aqui, de forma desumana. Dessa forma, eles chegaram ao Noroeste Amazônico, no século XVII, utilizando suas leis e desrespeitando as organizações indígenas e povos encontrados nessa região.

No mesmo período da expedição, chegaram os missionários, servindo de condução no diálogo com as Congregações Salesianas, que ocuparam um espaço na colonização no século XX, propagando a promessa de catequizar para trazer a *evolução para a comunidade*, iniciando, assim, a construção de prédios suntuosos a fim de *educar as comunidades indígenas*. Uma das formas de fazer isso era negar as três variedades linguísticas deles: Tukano, Aruak e Maku, conforme a descrição de Edna Castro (2024).

Toda essa educação direcionada pelas Congregações Salesianas ocorria da seguinte forma:

A escola de São Gabriel da Cachoeira recebia crianças e jovens em regime de internato, como mostram inúmeras fotos deste livro, reunindo etnias diferentes em um mesmo sistema de ensino padronizado, uniformizado assim os procedimentos coloniais de recepção, de disciplinamento, de regras e deveres impostos pelo modelo de “catequese e aculturação” que presidia a ação e as estratégias de colonização salesiana (Castro *et al.*, 2024, p. 40).

Figura 2: Crianças na escola em São Gabriel da Cachoeira



Foto 21 – Crianças na escola e as irmãs salesianas em São Gabriel da Cachoeira.
Fonte: Acervo de pesquisa.

Fonte: Acervo de Edna Castro, 1976

Após as aulas nos barracões, as crianças costumavam ir às margens dos rios acompanhadas pelas freiras salesianas, como pode ser observado no registro da Figura 3.

Figura 3: Crianças à margem do Rio Negro



Fonte: Acervo de Edna Castro, 1976

E vocês podem estar pensando: Como funcionavam as prelazias? Depois de saberem da existência da escola em regime de internato, vamos explicar a função das prelazias. São Gabriel

da Cachoeira era a base das missões, e as demais localidades no Alto Rio Negro eram construídas com estruturas de qualidade, todas custeadas pela Prefeitura Apostólica e com mão de obra indígena. Os prédios das prelazias refletiam o poder econômico da igreja, e o trabalho dos indígenas era conquistado por exploração, mascaradas com sutis gentilezas, seguidas de atos de violência, a ponto de desenvolverem atos colonizadores, com o intuito de formarem cristãos civilizados.

No diálogo com o antropólogo Antônio Maria de Souza Santos, hoje aposentado, ele fez a seguinte definição sobre prelazia:

Prelazia é uma organização católica com toda uma hierarquia. Geralmente, tem um bispo como grande idealizador, iniciador e tutor naquela entidade. Isso é uma prelazia e pode ser em qualquer região, no caso sendo na região indígena tem que ter características e formação mais adequada para aquela região. Aí, no caso, não só padres, mas como freiras, que podem estar participando (Santos, 2024).

Figura 4: Meninos indígenas em frente ao Colégio Salesiano de São Gabriel



Fonte: Acervo de Edna Castro, 1976

É importante definir o que era prelazia, considerando seu papel no cenário de colonização abordado no livro em questão. A partir dessa contextualização, elaboramos um relato detalhado acerca da colonização dos povos indígenas no Alto Rio Negro nos anos 1970.

À luz desse propósito, trazemos uma reflexão sobre a relação de trabalho exploratório que se estabelecia por meio das frentes de contato com a sociedade colonial, nas quais a matemática se fazia presente em dois contextos distintos: na frente de expansão de caráter extrativista e na frente de expansão de caráter agrícola. Ambas foram influenciadas pelos trabalhos da sociedade *civilizada*.

Nessas atividades exploratórias, podemos pensar que estamos tratando de uma cena de filme nesse momento, mas é como os indígenas eram contagiados pelo desejo de consumir produtos industrializados, como fósforos, sal, sabão, tecidos. Assim, para terem acesso aos produtos, precisavam disponibilizar para os brancos os bens de suas produções. E mesmo vivendo sob o regime de subsistência, o encantamento pelos produtos industrializados os fazia realizar a troca com as missões, grupos de padres, freiras e bispos, que era conduzida pela Congregação Salesiana, com o pouco que excedia da produção.

Essa forma de comercialização acontecia por meio dos regatões — a principal atividade econômica de trocas comerciais —, a qual vamos relatar numa seção especial devido a seu grande nível de desigualdade e violência social presente nas relações de poder vistas nessas cenas de exploração, no contexto da história brasileira. Algo importante a ser destacado são os

produtos mais explorados pela indústria extrativista: a borracha — seringa, balata, uruquirana e sorva —, piaçaba, castanha, cipó e fibras, sendo esses os maiores desejos dos brancos missionários. Na Figura 5, visualiza-se um exemplo de uma plantação nas áreas da roça.

Figura 5: Plantação nas áreas da roça



Fonte: Acervo de Edna Castro, 1976

A atividade agrícola era, na maioria das vezes, realizada em forma de *ajuri* — uma tarefa em grupo também de cunho social com o ritual chamado *Beber Caxiri*, uma reunião marcada por danças e comidas. Nessa tradição, o momento de maior esforço físico ocorria durante a derrubada e a queimada das árvores para o plantio. As árvores que não queimavam completamente eram empilhadas para uma nova queimada, e todo esse processo era conduzido pelas próprias famílias.

Nesse cenário, o livro em análise nos coloca em contato com um elemento de nosso conhecimento: as práticas socioculturais. A descrição da prática mencionada evidencia um processo de aprendizagem inserido no cotidiano e nas tradições de um povo ou comunidade. Essa perspectiva desconstrói a ideia do ensino apenas nas escolas, ao demonstrar que ele existe nas tradições e costumes de um povo ou comunidade, mas acontece sem visibilização e sem valor pedagógico. Nesse sentido, Miguel (2016) menciona:

Mas, se a matemática vista como disciplina escolar foi uma invenção colonizadora de luzes acesas pelo processo moderno de escolarização ocidental, o primeiro ponto de nossa agenda é o de desconstruir a imagem exclusivista que temos da matemática como disciplina escolar, e, desta última, como uma mera transposição escolar da matemática acadêmico-científica (p. 327).

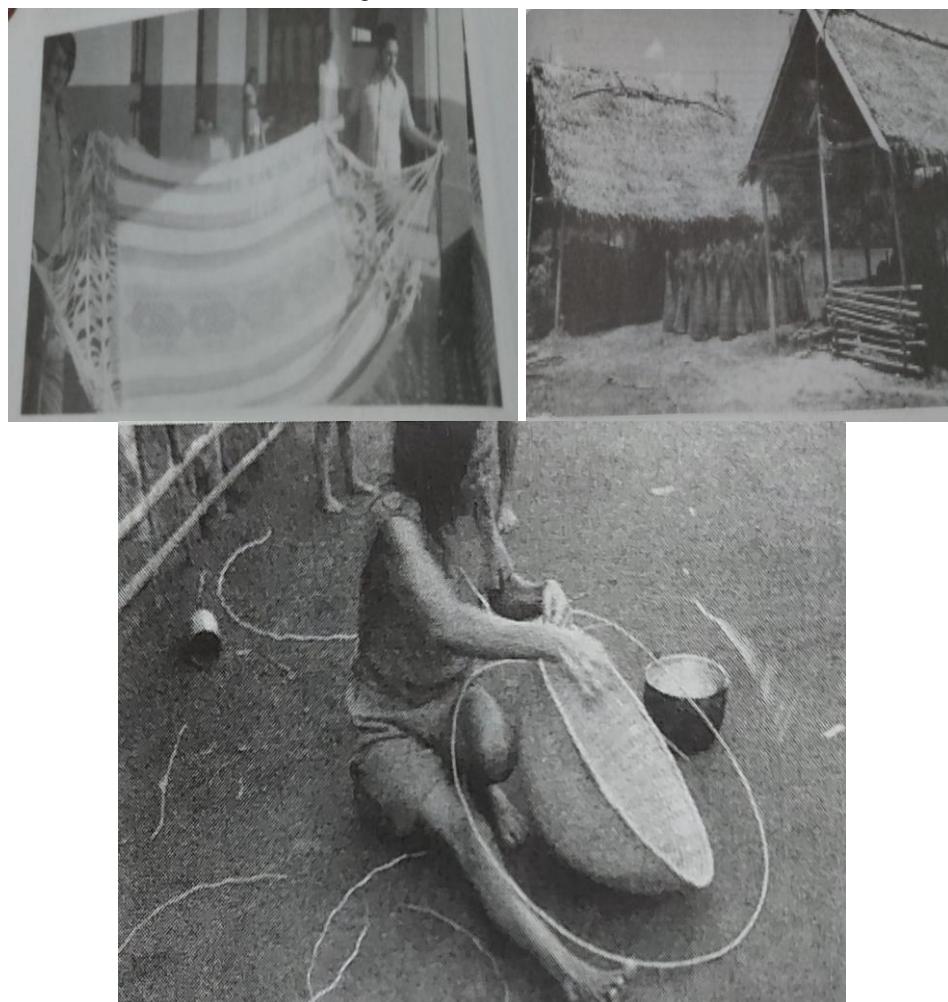
Com o passar do tempo e com as mudanças provocadas por essas atividades extrativistas, os indígenas saíam de suas aldeias e passavam a residir em sítios às margens do Rio Negro. Nesse novo espaço, praticavam o roçado, adotando uma atividade econômica isolada, vista como um sacrifício em relação à agricultura tradicional.

O fato marcante é a necessidade do abandono do solo após dois ou três anos de uso, forçando as famílias de diversas comunidades do Rio Negro a caminhar de duas a três horas até as roças e retornarem carregando os balaios nas costas na época da colheita. Isso poderia ser diferente, com o uso de técnicas mais sustentáveis — sem o uso de queimadas e fertilizantes químicos — com os cuidados adequados ao solo. No entanto, apesar de receberem orientações gerais dos missionários sobre os cuidados, nem sempre obtinham os resultados esperados.

Nesse espaço, fomos tocados pela experiência indígena com o artesanato, prática cheia

de encantos e resultados fascinantes, como cestos, bolsas, tapetes, redes, peneiras. Além de produtos de madeira, como bancos, remos, canos e outros. Todas essas riquezas de produtos eram precificadas pelos brancos, visto que as trocas eram injustas, como vamos perceber melhor na seção seguinte.

Figura 6: Piraíbas de piaçaba e redes produzidas pelas mulheres artesãs indígenas do Rio Negro em São Gabriel da Cachoeira



Fonte: Acervo de Edna Castro, 1976

3 Vamos conhecer melhor a matemática dos regatões

O que eram os regatões? Eram pequenos barcos que subiam e desciam nos rios com mercadorias para serem vendidas, sendo a troca a forma mais frequente de transação. Todos se lembram dos produtos, como fósforo, sal, pólvora, sabão, mencionados ao longo deste ensaio, pois eram trocados por piaçaba, artesanatos de fibras, cipós, vegetais e farinha. Na maioria das vezes, essa troca era realizada sem um sistema monetário, o que era mais presente apenas próximo a São Gabriel da Cachoeira.

Pelos regatões, também surgiu a padronização oferecida pelos brancos para o uso de roupas, principalmente as masculinas. Tinham como estratégia transportar passageiros, mas o maior interesse era a troca desigual das roupas vendidas pelos *brancos*. Essas roupas sofriam superfaturamento em seus preços em relação aos produzidos pelos indígenas em cada localidade ao longo do Alto Rio Negro, caracterizando a exploração dos povos indígenas.

Citemos um registro muito importante dessa questão, encontrado na obra analisada:

Uma calça comprida masculina varia entre Cr\$ 120,00, Cr\$ 150, Cr\$ 180,00 ou Cr\$ 350,00. Uma camisa simples custa de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 180,00. Todavia, a um paneiro de farinha (20 a 30 quilos aproximadamente), o comerciante paga Cr\$ 50,00 quando trocado por outro bem, podendo pagar apenas Cr\$ 40,00 se o índio preferir receber em dinheiro. Essa informação foi obtida no rio Içana, área bastante visitada por “regatão”. (Castro *et al.*, 2024, p. 102).

Figura 7: Casa de Farinha em São Gabriel da Cachoeira



Fonte: Acervo de Edna Castro, 1976

Toda essa forma de matematizar a economia da época é um sistema de sobrevivência gerenciado pelo poder, algo tão presente nos diversos pontos da obra. Esse sistema faz uso de valores sob dois lados distintos: um valor numérico e um valor de produto sem qualquer regra de valor. Essa dinâmica é um confrontamento das duas áreas do conhecimento — a matemática e a antropologia —, predominando a matematização. Isso ocorre devido à colonização ter chegado com a intenção de dominar a antropologia dos povos originários, que já habitavam e sobreviveram sem essa matemática quantificada, seja com uso monetário ou não, mas apenas com seus valores para existir e viver.

Vamos comentar sobre duas localidades destacadas pelo livro para aprofundar um pouco mais sobre as viagens dos regatões. Em Pari-Cachoeira, missão do Rio Tiquié nessa região, existia uma cooperativa indígena, a União Familiar Animadora Cristã (UFAC). Essa cooperativa recebia os produtos dos associados e vendia diretamente em São Gabriel, deixando os regatões com menos domínio nessa região. E a outra comunidade era Yauareté. Nesse local, os regatões não realizavam suas explorações devido às cachoeiras e corredeiras que impediam o acesso. As trocas aconteciam por intermédio dos missionários e do posto da Funai, onde havia uma tabela com os preços dos produtos. A Tabela 1 ilustra conforme o acervo do livro.

Retomando os relatos das desigualdades nas relações de troca, os produtos artesanais eram comercializados em Manaus, os quais eram levados pela Funai e pelos missionários. Como exemplo, as bolsas de tucum que os índios trocavam pelo valor equivalente a Cr\$ 40,00, mas foram vistas em uma loja de Manaus sendo vendidas por Cr\$ 150,00 (Castro *et al.*, 2024).

Na construção dessas ideias, nos veio o pensamento de uma matemática exploratória. Essa classificação nos permite entrelaçar com o contexto de etnografia, trazendo um olhar a partir do nosso grupo, com nossa cultura, valores, espaço social, vestimentas, culinárias, religiões, tradição e formas de diversão.

Tabela 1: Valores referente aos produtos vendidos no posto da Funai

Caderno (aprox. 30 fls.)	Cr\$ 3,00
Sabão	Cr\$ 8,00
Fósforo	Cr\$ 2,00
Sal (saca)	Cr\$ 40,00
Bermuda	Cr\$ 30,00
Pólvora (100 g)	Cr\$ 10,00
Pasta dental	Cr\$ 2,00
Macarrão	Cr\$ 3,50
Sabonete	Cr\$ 1,00

Fonte: Castro *et al.* (2024, p. 104)

Para exemplificar e contextualizar essa relação, compartilhemos este relato:

Um pastor ao receber a missão de ir pregar junto aos selvagens, forma como referiam-se aos indígenas, chegou no Xingu muito generoso, com presentes como espelhos, pentes e outros. Para si um relógio digital capaz de acender luzes, alarmes, fazer contas, marcar segundos, cronometrar e até dizer a hora. Após um tempo fez amizade com um indígena muito jovem e sempre andava com ele e o que mais admirava esse jovem era o barulhento, colorido objeto que o pastor trazia no pulso até que um dia o pastor presenteou com o estranho objeto e o mais interessante foi para que serviu o relógio para fazer um adorno na árvore (Rocha, 1988, p. 7).

Essa passagem é a mais perfeita possível para descrever como a matemática dos números, do campo disciplinar, não tinha a mesma importância que um objeto valioso, como o relógio também não tinha. Essas matemáticas foram atos de colonização, acompanhados de um olhar negativo para o *outro* e suas vivências. A relação da matemática como valor econômico não tinha essa lógica para os indígenas, diferentemente de como agiam e pensavam os colonizadores.

Persistindo na viagem pelo Noroeste Amazônico, trazemos à memória os registros de violência presentes nessa região, além de revisitar o que era chamado de aviamento no século XVIII. Era um sistema de escambo a crédito que vamos entender melhor. Os europeus disponibilizavam as mercadorias com antecedência, e os indígenas pagavam com suas produções, criando uma relação de dívida entre *patrões* e *fregueses*.

Para melhor compreensão do termo *aviamento*, tem-se esta definição:

Aviamento é um substantivo derivado do verbo aviari, usado há muito tempo na língua portuguesa. A noção amazônica de aviamento vem a aparecer explicitamente somente nos dicionários modernos luso-brasileiros a partir da década de 1930, associando “aviamento” às mercadorias despachadas aos seringais pelos comerciantes, mas também aos agentes da ação de aviari: o aviador e o aviado (Meira, 2017, p. 86).

O sistema de aviamento acontecia em todas as formas de economia: agricultura, extrativismo e artesanato. Essa forma de desorganização da vida social dos indígenas no Alto Rio Negro persistiu por um longo período. Durante a expedição, a dívida dos indígenas era

grande e, apesar de eles resistirem à grande exploração, continuaram a crescer. A força de exploração foi intensa entre os dois polos sociopolíticos hierárquicos.

Em cada momento da história indígena em questão, é possível sentir a memória de numerosos atos de negação de um povo, cujas memórias, fazeres e costumes foram desconsiderados e subjugados pelas imposições, principalmente europeias, que descaracterizaram a força indígena, transformando-o em meros produtores das necessidades europeias e, frequentemente, confuso em relação aos seus reais valores.

O ensaio elucidou a vida dos povos indígenas nos anos 1970 e suas relações com as matemáticas nas perspectivas antropológica e econômica, bem como as consequências do processo de marginalização em seu próprio território. Para direcionar essa análise, abordamos as frentes de exploração, as relações de trocas com os regatões e o sistema de aviamento. Todos os dados foram embasados na obra *Povos indígenas do Alto rio Negro e a dominação colonial: a resistência na contracorrente de missões, missionários e militares*, publicado em 2024. A Figura 8 retrata o registro dos pesquisadores no barracão de aulas dos salesianos.

Figura 8: Registro em São Gabriel da Cachoeira



Fonte: Acervo de Edna Castro, 1976

E o que temos atualmente como contribuição no cenário de fatos e olhares referentes aos povos originários? Temos um perfil histórico de negação e exploração de direitos, refletindo as transformações e desafios vivenciados ao longo do tempo. A cultura, as tradições, os costumes, as formas *outras* de ensinar, bem como o amor pela arte e pela liberdade de viver em seus territórios seguem sendo elementos para a identidade e resistência desses povos. Esse desenho foi muito bem traçado no período da pandemia, com a negação das vacinas levando à mortalidade significativa entre as comunidades indígenas. Portanto, a permanência e a continuidade dos estudos sobre os indígenas se fazem necessárias para trazer dados e informações que possam denunciar situações como a compartilhada pelo livro em questão.

Quanto à exploração econômica com desigualdade de valores, seja por sentimentos ao produzirem e criarem algo com seus recursos naturais, seja por não conhecerem o sistema monetário da época, as matemáticas foram marcadas pelo sistema de troca com valores não equiparados. Em outros termos, desvalorizavam as produções dos povos — não somente indígena, mas os povos, como os autores do livro destacam:

[...] acredita-se serem necessários estudos mais sérios sobre o assunto, inclusive de comercialização do produto, gerando assim os principais benefícios ao homem que está realmente envolvido na atividade produtiva, que o artesão. As peças elaboradas se revestem de uma beleza original e espontânea, o que concorreria provavelmente com relativa facilidade para sua colocação no mercado (Castro *et al.*, 2024, p. 104).

Para finalizar, registramos a letra de uma canção que resume toda a luta indígena de resistência para viver em seus territórios, com suas memórias, suas liberdades de existência e uma identidade forte o suficiente para pisarem em terra fértil demarcada pela força de uma história sem data para acabar.

*Antes que matem os rios
E as matas por onde andei
Antes que cubram de lixo
O lixo da nossa lei
Deixa que eu cante contigo
Debruçado em peito amigo
As coisas que tanto amei
As coisas que tanto amei
Antes que matem a lembrança
Dos muitos chãos que pisei
Antes que o fogo devore
O meu cajado de rei
Deixa que eu cante afinal
Na minha língua geral
As coisas que tanto amei
As coisas que tanto amei
Araguary, Anapu, Anauerá
Canaticu, Maruim, Bararoá
Tajapuru, Tauari, Tupinambá
Surubiú, Surubim, Surucuá
Jambuaçú, Jacamim, Jacarandá
Marimari, Maicuru, Marariá
Xarapucu, Caeté, Curimatá
Anabiju, Cunhantá, Pracajurá
As coisas que tanto amei
As coisas que tanto amei*

Paranatinga
Paulo André Barata & Ruy Barata¹

Esses dois compositores paraenses, Paulo André e Ruy Barata, escreveram essa canção que valoriza a presença indígena na sociedade, suas contribuições, força e resistência para manter os rios e as florestas vivos, assim como seus saberes que são essenciais para a vida humana. Eles lutam, diariamente, pela preservação de suas vidas e pela de tantos que sequer entendem ou fingem não entender a relevância dos povos indígenas para a humanidade.

Nosso compromisso com a pesquisa valoriza a importância dos povos indígenas para a sociedade e para a cultura, a relevância dos saberes e toda a sua importância para a manutenção da vida. Mesmo desrespeitados, explorados e saqueados, ajudaram a construir a riqueza e o luxo para os colonizadores, deixando de lado seus costumes, hábitos e formas de viver, que respeitam a floresta, a terra e a preservação da vida.

Nota

A revisão textual (correções gramatical, sintática e ortográfica) deste artigo foi custeada com

¹ PARANATINGA. Intérprete: Paulo André Barata. Compositores: Paulo André Barata e Ruy Barata. In: AMAZON RIVER. Intérprete: Paulo André Barata. Rio de Janeiro: Continental, 1980. 1 disco vinil, lado B, faixa 6, (4 min). Disponível em <http://www.culturapara.art.br/rbarata/ruymusic.htm>; acesso em 20 nov. 2024.

verba da *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais* (Fapemig), pelo auxílio concedido no contexto da Chamada 8/2023.

Referências

CASTRO, Edna; TEIXIERA, Joaquina Barata; PALHARES, Valdecir; SANTOS, Antonio Maria Souza. *Povos indígenas do Alto Rio Negro e a dominação colonial*: a resistência na contracorrente de missões, missionários e militares. Manaus: Valer Editora, 2024.

LARROSA, Jorge. O ensaio e a escrita acadêmica. *Educação & Realidade*, v. 28, n. 2, p. 101-115, jul./dez. 2003.

MEIRA, Marcio Augusto Freitas de. *A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no noroeste amazônico*. 2017. 322f. Tese (Doutorado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

MIGUEL, Antonio. Entre Jogos de Luzes e de Sombras: uma agenda contemporânea para a educação matemática brasileira. *Perspectivas da Educação Matemática*, v. 9, n. 20, 27 dez. 2016.

ROCHA, Everaldo Pereira Guimarães. *O que é etnocentrismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

SANTOS. Antonio Maria Souza. *Depoimento*. Entrevista à Maíra de Barros Santos. Belém: 2024. 1 arquivo mp3 (4min.17seg.). Entrevista feita para a pesquisa: Os povos indígenas do alto Rio Negro e a dominação econômica colonial nos anos 70.

SILVA, Letícia Alves; SILVA, Marilene Alves da Silva. Memória e resistência cultural no Alto Rio Negro: a história oral como instrumento de registro da cultura Baniwa da Comunidade Indígena Itacoatiara Mirim – Amazonas-Brasil. In: *Anais do XII Encontro da Associação Brasileira de História Oral*. Teresina, 2014, p. 1-14.